

A TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: UMA ANÁLISE COM BASE NO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Andressa Tayane Finkler

Acadêmica do Curso de Direito

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: andressafinkler@hotmail.com

Heloísa de Campos Permonian

Acadêmica do Curso de Direito

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: permonianheloisa@gmail.com

Laura Valéria Vieira Girioli

Acadêmica do Curso de Direito

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: lauragirioli@hotmail.com

Fabiane Grando

Professora do Curso de Direito

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: fabiane.grando@unioeste.br

Loreni Maria dos Santos Braum

Professora do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

E-mail: loreni.braum@unioeste.br

A transparência caracteriza-se como um princípio essencial ao controle social, pois assegura o acesso às informações públicas (salvo aquelas protegidas por sigilo) e permite que a sociedade monitore investimentos, estratégias, execução e resultados das políticas públicas, contribuindo para uma atuação estatal mais responsável. Diante deste cenário, busca-se analisar o panorama da transparência pública e a conformidade dos portais da transparência dos municípios do Estado do Paraná com a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal, com base nas informações constantes no Radar da Transparência Pública, desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado. O objetivo deste estudo é apresentar um panorama da transparência pública no Estado do Paraná, com foco nos índices disponibilizados pelo Radar da Transparência Pública, analisando a efetividade da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Busca-se identificar avanços, limitações e disparidades regionais na implementação da transparência ativa pelos entes públicos. A pesquisa analisa a transparência pública dos Municípios do Estado do Paraná a partir dos dados dispostos no Índice de Transparência da Administração Pública relativos aos anos de 2023 e 2024. Adotou-se a abordagem Mista (Quali-Quantitativa), combinando mensuração dos índices com a análise doutrinária. Trata-se de estudo descritivo e documental, com limitação pela dependência de dados secundários e pelo foco do Índice na transparência ativa. Ressalta-se que a coleta foi manual, com organização em planilha eletrônica. O estudo proporcionou vivência prática sobre os desafios da transparência pública no Paraná. A análise dos dados do Tribunal de Contas do Estado evidenciou a importância da pesquisa documental e do uso de informações oficiais para fortalecer o controle social e aprimorar a compreensão

das leis de acesso à informação. Conclui-se que o Paraná apresenta avanços significativos, mas ainda requer políticas contínuas de capacitação, tecnologia e controle social para garantir o pleno acesso à informação.